

Entre a História e a Arquivologia: entrevista com Heloísa Liberalli Bellotto

Por

Matheus de Paula Silva

Pedro José de Carvalho Neto

No dia 27 de agosto de 2018 – curiosamente o mesmo dia em que fizemos a entrevista de número inaugural da Revista, em 2013 –, a professora Heloísa Liberalli Bellotto recebeu a Revista *Epígrafe* em sua casa, em São Paulo. Rodeados pelos livros organizados cuidadosamente nas estantes, realizamos uma longa e frutífera entrevista sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional. No ano em que se comemora os 40 anos da regulamentação da profissão de arquivista no Brasil, obtivemos um amplo relato vindo de um dos principais nomes da Arquivologia, tratando principalmente da história desta ciência no país, assim como das relações entre a Arquivologia e a História.

Formou-se em Biblioteconomia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1956) e em História pela Universidade de São Paulo (1959). Doutorou-se pela mesma universidade com a tese “O governo do Morgado de Mateus: primórdios da restauração da Capitania de São Paulo (1765-1775)”, defendida em 1976. Foi a responsável pela descrição documental da coleção Alberto Lamago, depositada no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, iniciada em 1969. Tornou-se professora associada em 1972, cargo em que permaneceu até 1990, quando se aposentou. Estruturou no ano seguinte o curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, no qual também foi professora. Ao longo de toda sua carreira, prestou numerosas consultorias a arquivos e ministrou cursos em todo Brasil e no exterior. Foi membro, entre 1998 e 2011, do Projeto Resgate, encarregada de recuperar documentos da história do Brasil em arquivos europeus. Embora professora aposentada, continua orientando no Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da USP. Pela entrevista, agradecemos o apoio da Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo, do Departamento de História da USP, que intermediou nosso contato com a Prof.^a Bellotto, e também ao Prof. Dr. José Francisco Guelfi Campos, do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais, pela leitura e comentário das perguntas. Ao fim da entrevista, apresentamos uma bibliografia selecionada em conjunto com a professora Heloísa Bellotto das suas principais obras.

Epígrafe_ Podemos começar falando um pouco da vida pregressa à academia: como foi sua infância e formação escolar?

Heloísa Bellotto_ Eu nasci no Rio de Janeiro, vim para cá aos 9 anos, porque meu pai veio trabalhar em São Paulo, como diretor científico do Laboratório Fontoura, emprego que, alguns anos mais tarde, ele passou a acumular com a função de professor titular (naquele tempo dizia-se catedrático), da então Faculdade de Farmácia e Odontologia da USP, até a sua aposentadoria. Fiz só os 2 primeiros anos do então ensino primário lá no Rio, sendo em escola pública, tendo sido depois toda a minha formação em São Paulo.

Epígrafe_ Em quais colégios, professora?

Heloísa Bellotto_ O resto do curso primário em dois colégios aqui do bairro do Jardim Paulista (Externato Teixeira Branco – já inexistente - e Colégio Assunção), onde sempre morei, com exceção dos meus anos no interior em função da UNESP e do tempo em que morei em Brasília. Quanto ao ensino médio, então dividido em curso ginásial e curso científico, respectivamente o primeiro no Colégio Stafford - também já inexistente - no bairro dos Campos Elíseos – e o segundo, no Colégio Dante Alighieri, que é também aqui no meu bairro. Meus anos no Dante foram decisivos para a minha formação.

Epígrafe_ Por que a senhora se interessou por História? De alguma maneira já havia interesse pelas ciências humanas? A família incentivou essa escolha? Havia uma pressão, como há hoje, para uma escolha rápida por um curso superior?

Heloísa Bellotto_ Interessei-me por História por influência do meu pai e de um excepcional professor de História que tive ali no Dante, Oreste Rosolia, que falava português com muito sotaque italiano e com muito entusiasmo, conseguindo deixar os alunos fascinados pela matéria. Meu pai, Carlos Henrique Robertson Liberalli, embora fosse um cientista (teve formação em Medicina, Farmácia e Bioquímica) era apaixonado por História, principalmente História Antiga e História da Ciência. Ele publicou muitos trabalhos nessas áreas e estava sempre falando de História ao filho e às três filhas, nos fazia ler e comentar até História da Arte. Se vocês observarem aí a minha biblioteca

herdei um bocado de livros dele referentes à História Antiga, História Grega, História Romana. Não houve pressão familiar para o curso superior, mas nós, da classe média, achávamos meio natural que isso ocorresse. Minhas irmãs, meu irmão e eu pensávamos assim.

Epígrafe_ Então seu pai incentivou a senhora a fazer História?

Heloísa Bellotto_ Como carreira, digamos, foi sim. Eu pensei fazer vestibular para História e Geografia, que até 1956 eram um só curso. Eu também gostava muito de Geografia, adorava fazer mapas... Eu até ganhei um prêmio uma vez no Dante numa daquelas exposições de trabalhos de alunos com um mapa de barro em relevo do centro de São Paulo no século XVI. Eu terminei o colegial em 1954, assim poderia ter feito o vestibular em 1955 e teria feito a formação dupla. Mas perdi a data da inscrição porque a minha certidão de nascimento não chegou a tempo. Naquele tempo era assim: meu tio lá do Rio mandou a fotocópia por correio, não havia fax, muito menos digitalização. Só pude fazer o vestibular em 1956, quando os cursos já estavam separados e então optei por História. Mas, para não ficar um ano parada, meu pai, que era da Comissão de Biblioteca da Faculdade de Farmácia e Odontologia, sugeriu-me que eu tentasse Biblioteconomia no único curso superior que havia na época em São Paulo, na Fundação Escola de Sociologia e Política. Ele andava entusiasmado com o trabalho desenvolvido na biblioteca daquela faculdade onde era professor, biblioteca então considerada, juntamente com a da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a da Faculdade de Economia e Administração também da USP, como as melhores da nossa universidade. Era uma área que poderia me ser útil mais tarde como historiadora, realmente como foi. Assim, entrei na Biblioteconomia em 1955 e a História em 1956.

Epígrafe_ Em outras entrevistas, a professora dá a entender que cursou Biblioteconomia e História concomitantemente, porém em seu Currículo Lattes os períodos são diferentes. A professora manifestava interesse igual pelas duas disciplinas?

Heloísa Bellotto_ Os períodos são diferentes porque os cursos tinham durações diferentes, mas são concomitantes no ano em que fiz o primeiro de História junto com o segundo de Biblioteconomia.

Epígrafe_ Pensando em uma observação recorrente entre professores universitários de que os estudantes entram no ensino superior sem uma base consistente, você acredita que vocês saíram do colegial com uma base suficientemente boa para o ingresso no ensino superior? Atualmente, você pensa que os estudantes vêm do ensino médio com uma formação consistente?

Heloísa Bellotto_ Não tenho tido contato com alunos da graduação desde os fins dos anos 90 quando lecionei em Brasília na UnB e no Rio de Janeiro, na UNIRIO. Atualmente tenho alunos de pós-graduação aqui na USP e tenho podido notar que, embora eles não venham realmente com todo aquele arcabouço de cultura geral, disciplina para o estudo e treinamento sistemático que trazíamos do curso secundário e colegial, os da minha geração, eles trazem uma outra bagagem de vivências que podem render positivamente na vida universitária. Naquele tempo poucos faziam cursinho (e não fiz) pois a bagagem de conhecimentos que nos dava o colegial era suficiente para enfrentarmos o vestibular. Creio que, se houvesse hoje maiores possibilidades e oportunidades de diálogo entre alunos e professores no ensino médio seria algo altamente positivo para ambos os lados.

Epígrafe_ Falando no ensino superior, como ocorria a entrada no curso de História da USP e como ele era estruturado na época? Havia uma distinção clara entre a pesquisa ou docência?

Heloísa Bellotto_ O vestibular era diretamente feito na própria Faculdade, na Rua Maria Antônia, no Departamento de História e consistia em provas escritas (em forma de dissertação) e provas orais de História Geral, História do Brasil, Geografia, Português e Língua Estrangeira, a escolher o inglês ou francês. Não passava muito pela cabeça da gente que poderíamos sermos pesquisadores como profissão. Enquanto estudantes de História, fazíamos pesquisas na bibliografia e em certos casos mais raros em documentação primária para nossos seminários e para nos prepararmos para as provas escritas. A gente sabia que em alguma altura, quem quisesse dar aulas no ensino superior teria de realizar pesquisas para fazer doutorado. Porque naquele tempo, pelo menos aqui na nossa FFLCH, não se falava em mestrado. O que era certo é que estávamos ali para nos prepararmos basicamente para sermos professores do que então se denominava ensino secundário, a maioria iria

fazer o concurso para professor efetivo da rede estadual de ensino público. As oportunidades no ensino privado eram poucas e muito discrepantes quanto aos salários.

Epígrafe_ E o curso, como ele era estruturado?

Heloísa Bellotto_ As disciplinas eram anuais, com aulas teóricas e seminários, estes a cargo de professores assistentes. Tínhamos, no primeiro ano, Introdução aos Estudos Históricos, História Antiga subdividida em Antiguidade, História Grega e História Romana, História Medieval, Antropologia, Geografia. No segundo, História Moderna, História Contemporânea, História do Brasil Colônia, História da América, subdividida em América Espanhola e América Inglesa, com professores diferentes. No terceiro, História do Brasil Império, História dos Descobrimentos Marítimos, Etnografia Geral, Paleografia, Diplomática, Etnografia do Brasil e Tupi-guarani. No quarto, Psicologia Educacional, Didática Geral, Didática Especial da História e estágio.

Epígrafe_ Quais foram os professores e as obras historiográficas marcantes?

Heloísa Bellotto_ Depois de passados 60 anos não vou me lembrar de todos e nem seria necessário, porque isso vocês podem obter facilmente em qualquer fonte informativa da nossa faculdade. Creio que os professores marcantes serão os mesmos de quem vocês já devem ter ouvido falar, seja pelos legados científicos e culturais que deixaram, seja pelo lado humano, compreensivo e receptivo que os marcaram: os de Antiga e Medieval, catedrático Professor Eurípedes Simões de Paula, Professor Pedro Moacyr Campos, Professor Paulo Pereira de Castro, professor Aldo Janotti; os de Antropologia, catedrático Egon Schaden e Gioconda Mussolini; os de Etnografia e Tupi-Guarani, catedrático Professor Plínio Ayrosa, Professor Carlos Drummond; os de Moderna e Contemporânea, catedrático Professor Eduardo de Oliveira França, Professor Manuel Nunes Dias, Professora Emília Viotti da Costa; os de América, catedrático Professor Astrogildo Rodrigues de Mello, Professor Luís Lisanti e Professor Rozendo Sampaio e Professora Fernanda Paca Wright; os de História do Brasil, catedrática Myriam Ellis, Maria Theresa Petrone e catedrático Sérgio Buarque de Holanda. Os catedráticos davam as aulas teóricas e os assistentes os seminários. Quanto às obras marcantes que estavam nas bibliografias passadas pelos professores e que, em geral, retirávamos da biblioteca do Departamento, que funcionava no último andar da Maria Antônia ou que líamos, nos fins de semana, na Biblioteca

Municipal. Essas obras eram principalmente frutos da historiografia francesa da época. Também pesquisávamos muito nos volumes da História Geral da Civilização Brasileira, excelente coleção que começava a ser publicada. Também usávamos a Revista de História publicada pelo Departamento e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico, tanto do de São Paulo como a do Rio de Janeiro. Era um tempo ainda sem internet e outras facilidades trazidas pela informática. As pesquisas para nosso estudo, seminários e trabalhos escritos eram feitas nas bibliotecas, a Municipal, as da USP, a do IHGSP, as particulares... A do meu pai foi bem útil para mim e meus colegas mais próximos, sobretudo para o estudo de História Antiga e Medieval.

Epígrafe_ Está ótimo, mas só para finalizar com o tema da faculdade, e a gente já entra no tema do doutorado, como eram as avaliações?

Heloísa Bellotto_ As notas eram dadas a partir dos seminários individuais ou em grupo e, além disso, tinha prova escrita. Em geral, os seminários estavam a cargo dos assistentes e eles davam as notas. Quase todas as disciplinas tinham prova escrita, a maioria corrigidas pelos catedráticos das respectivas disciplinas. As disciplinas eram em geral anuais. Então, a nota era isso; era a prova escrita e seminário. Havia professores que não davam prova, davam só um trabalho de fim de semestre e aí a gente era aprovado ou reprovado. E era por disciplina, então tinha gente que já estava no segundo ano, estava devendo disciplina do primeiro... Acho que hoje também é assim, não é?

Epígrafe_ Sim. O período em que a senhora se graduou, na segunda metade da década de 1950, foi marcado pela efervescência intelectual e cultural do Brasil, pela pluralidade de projetos para o país. O que significava ser jovem e estudante nesse período? O que isso impactava na formação e no ambiente da universidade?

Heloísa Bellotto_ Sim, foi o período do governo Juscelino Kubitschek do avanço para o oeste, da construção de Brasília, do aparecimento de novas indústrias, discussões e propostas no meio científico, cultural, intelectual abriam caminho para a fundação da FAPESP, que se deu em 1960. No Grêmio da Faculdade que funcionava no subsolo da Maria Antônia, havia certa efervescência de ordem política, com reuniões e discussões acaloradas por parte de alunos mais engajados, não só

de História, mas também de Filosofia, Letras e de Ciências Sociais, cursos que também funcionavam lá (Geografia funcionava na Alameda Gleite), mas eu e algumas colegas mais chegadas, não fazíamos parte desse grupo. Nosso tempo livre era passado principalmente na preparação dos seminários e das provas e na preparação das viagens em grupo que fazíamos tanto nos feriados prolongados, como nas férias de julho, dentro do Brasil e para os países vizinhos.

Epígrafe_ Como foi a escolha do tema de doutorado?

Heloísa Bellotto_ Ao contrário do que se dá hoje em dia, quando os mestrados e doutorados começam a serem realizados logo após a graduação, tínhamos então a preocupação de primeiro “mergulharmos” na vida profissional, exercer a profissão na qual nos graduamos, a de professores de História do que seria o atual ensino médio. Honrar aquele diploma recebido solenemente no Theatro Municipal de São Paulo, com a presença de muitos dos professores vestidos com a sua beca universitária. Em geral esse tempo que decorria desde um duro, é verdade, concurso da Secretaria de Educação para obtermos uma “cadeira” (quase sempre numa longínqua cidade do interior) no ensino oficial do Estado, era de 5 a 10 anos. Em geral, só os que haviam sido convidados para dar aulas em universidades é que se preocupavam mais em buscar seu doutorado e, depois das reformas dos anos 70, em buscar a pós-graduação compreendendo disciplinas, mestrado, doutorado. Assim foi o caminho do meu marido (Manoel Lelo Bellotto), que primeiro passou pelo concurso da Secretaria da Educação, lecionou em cidades do interior e foi fazer o doutorado em 1964 quando começou a lecionar História da América no Curso de História da UNESP, campus de Assis. Não haviam ainda disciplinas a cumprir, apenas reuniões periódicas com o orientador e os prazos em geral eram de 5 anos. Meu caso foi diferente. Quando resolvi fazer concurso da Secretaria da Educação eu já lecionava História Antiga naquele mesmo campus. Passei então a acumular o ensino universitário com o secundário por algum tempo. Ao me matricular na Pós da História da USP, em 1972, já nos novos moldes, cursei 4 disciplinas e fui isentada do mestrado, o que era e é permitido se o orientador, como foi o meu caso, apresentava razões para essa isenção, por exemplo que o candidato já tinha prática de pesquisa, já dava aulas no ensino superior, já tinha trabalhos publicados, participação em congressos etc. Entre as disciplinas obrigatórias cursei a da então professora do Departamento de História e minha futura orientadora Professora. Maria Theresa Schoerer Petrone

sobre a introdução do cultivo da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no século XVIII durante o governo do Morgado de Mateus. Eu me apaixonei por toda a dinâmica da ação deste governador colonial. Quanto mais quando a professora logo declarou nas primeiras aulas que havia pouca bibliografia sobre ele e sobre a sua gestão. O tema do doutorado estava escolhido.

Epígrafe_ Então, foi assim que a senhora chegou ao Morgado de Mateus...

Heloísa Bellotto_ Sim, a Maria Thereza me entusiasmou e porque, vocês sabem, como tema da tese tem que se pegar uma coisa nova, inédita, que ninguém tenha feito. De História do Brasil, meu período preferido era colônia, porque sempre me interessei pelo século XVIII português, pela virada do iluminismo. Falei com a Professora Maria Theresa, ela aceitou, fiz o projeto e comecei a fazer as disciplinas. Fiz algumas disciplinas em 1972, comecei a pesquisar aqui em São Paulo na bibliografia e no Arquivo do Estado. Sabe que a gestão do Morgado de Mateus é a que mais possui documentos no acervo daquele arquivo? Durante todas as férias de 1972 e de 1973 estive no Rio de Janeiro para pesquisar no chamado Arquivo de Mateus, que é o seu arquivo pessoal que em 1968 foi vendido por seus descendentes em Portugal à nossa Biblioteca Nacional. Pesquisei no Rio, pesquisei no Arquivo do Estado... Esgotada a minha busca em São Paulo e no Rio, decidi pedir uma bolsa ao governo português porque sabia que lá encontraria o material que necessitava para completar meu projeto. Fiquei entre Lisboa, Évora, Porto, Coimbra e sobretudo no Palácio de Mateus, em Vila Real (Trás os Montes) de março a outubro de 1974, completei a pesquisa (sim, eu estava lá Lisboa no 25 de abril de 1974, na Revolução dos Cravos, que derrotou o salazarismo...). E aqui estou até hoje, porque ainda estou trabalhando na edição com transcrição e notas do volumoso Diário de Governo do Morgado de Mateus com suas quase 1000 páginas manuscritas... Estou há 40 anos trabalhando com o Morgado de Mateus. É até engraçado, porque todo mundo fala do Morgado de Mateus e já olha pra mim assim... [risos], mas eu realmente me entusiasmei muito. Qualquer coisa em história é inesgotável, você faz a tese e começa a descobrir que ainda tem mais, mais, mais... Por isso não saio deste tema, ainda há muito a fazer...

Epígrafe_ A senhora, então, fez o clássico trabalho analisando o governo do Morgado de Mateus em São Paulo. Tendo em vista o tema, quando e por que houve uma guinada para a Arquivologia?

Heloísa Bellotto_ Voltando a 1967-1968, antes, portanto, de entrar na Pós de História, de trabalhar com arquivos no IEB e antes mesmo do Morgado de Mateus. Eu acabei desistindo da cadeira de História no Ginásio Estadual de Cândido Mota (próximo a Assis), assim como pedi uma licença na UNESP e com meus filhos acompanhei meu marido que tinha uma bolsa de estudos para pesquisas em Portugal, em uma estada de 6 meses na Europa. Aproveitei então esse tempo pra voltar um pouco à Biblioteconomia e Documentação. Eu não tinha bolsa, me "autofinanciei" e solicitei um estágio de 3 meses na área de bibliografia e referência na França, na redação do Bulletin Signalétique, que era a publicação onde constavam resumos de livros e artigos científicos em várias áreas do conhecimento. Assim, eu estava em Paris com meus filhos e minha sogra e uma tia entre março e maio de 1968 e entre maio e junho em outro estágio no Serviço de Informação Bibliográfica da Biblioteca Nacional da Espanha em Madri. Quando regressei passei a dar aulas na UNESP de Assis agora já no campo da Biblioteconomia, de Bibliografia e Referência para alunos de História e de Letras, acumulando com as aulas de Didática Especial de História. Em seguida, resolvida a voltar para São Paulo, após aqueles efervescentes fóruns de debates que tivemos na UNESP em consequência dos acontecimentos franceses de maio de 1968, soube do concurso que haveria no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP para historiógrafo, um cargo de pesquisador em História do Brasil, interessei-me imediatamente. Quando fui admitida no IEB em agosto de 1969, logo o primeiro encargo era o de tratar de fazer o inventário de uma coleção de manuscritos, a Coleção Lamego. Comecei a identificar aqueles documentos datados principalmente dos séculos XVIII e XIX versando sobre temas variados de interesse da História do Brasil e da História da Literatura Brasileira, encadernados em códices ainda em tempos do colecionador Alberto Lamego. Em outros concursos entraram outros colegas como historiógrafos e a descrição levou alguns anos a ser concluída. Ao identificar que aqueles manuscritos me dei conta que não poderiam ser descritos com as normas da catalogação biblioteconômica, porque eram muito diferentes de livros e artigos de revistas. Assim, comecei a frequentar congressos de Arquivologia até que em 1977 apareceu a oportunidade de fazer uma especialização em Arquivologia, portanto já depois do doutorado, defendido em dezembro de 1976. Concorri a uma bolsa da OEA [Organização dos Estados Americanos] destinada a profissionais de arquivos da América Latina para, durante 7 meses de aulas teóricas, práticas e

estágios, em Madri e outras cidades da Espanha, fazer o curso de Administração e Organização de Arquivos. As disciplinas eram Planificação de Arquivos; Paleografia e Diplomática; Arquivos públicos e privados; Conservação e Restauração de Documentos; Administração, Classificação Ordenação de Arquivos; Instrumentos de Pesquisa; Bibliografia; Instituições Ibéricas; Organização e Métodos; Arquivos de Empresa; Informática. Foi realmente meu verdadeiro aprendizado em Arquivologia.

Epígrafe_ Então a professora acha que o curso de História que fez não deu base em como trabalhar em arquivos, porque pela descrição que você dá...

Heloísa Bellotto_ Não deu essa base mesmo. E nem deveria preparar arquivistas. Trata-se de outra profissão. A finalidade do curso de História é preparar professores e pesquisadores de História e que vão usar os documentos de arquivo como informação e testemunho. Agora, isso sim, talvez o curso de História pudesse preparar os futuros historiadores a entenderem o que são, como surgem, como e porque aqueles documentos, desde os mais remotos até os mais recentes, estão nos arquivos. Não é finalidade do curso de História preparar quem os vá identificar, classificar, organizar, descrever e sim quem vá analisá-los e explicá-los.

Epígrafe_ A professora, em uma entrevista anterior, diz que seu conhecimento arquivístico somente se consolidaria depois de 1987, quando termina o curso nos Estados Unidos. A professora poderia dizer qual foi importância de uma formação em diferentes instituições e países no desenvolvimento de seu trabalho na Arquivologia? Seria possível destacar a contribuição da Escuela de Documentalistas de Madrid (Espanha), do Archives Nationales (França) e do National Archives and Records Administration (Estados Unidos)?

Heloísa Bellotto_ Digo isso pois foi nos finais dos anos 80 que julguei que a minha formação na área dos arquivos estava consolidada. Essa consolidação, aliás, posso dizer, que deu um passo significativo a partir de 1982, quando dei início a minha larga cooperação com o Arquivo da Câmara de Deputados em Brasília. Isto porque a então grande responsável pela excelência daquele arquivo, a arquivista Nilza Teixeira Soares, introduziu-me e tem me conduzido anos a fio de maneira indelével nos meandros da ciência arquivística. Em 1986, estruturei e fui a primeira coordenadora do Curso de

Especialização em Organização de Arquivos primeiramente na ECA, tendo a seguir passado para o IEB onde, durante 22 anos capacitou muitos profissionais de muitos estados brasileiros e de alguns países estrangeiros. Em 1988 saiu a primeira edição do meu livro Arquivos Permanentes. A partir daí, foi um período frutífero, quando dei cursos, orientei organização de arquivos, em 1991 implantei o curso de Arquivologia da Universidade de Brasília com currículo inovador, já como aposentada da USP. Meu primeiro contato com a teoria e com a metodologia arquivística tinha sido em 1972 foi em um pequeno curso dado por uma das pioneiras da área no Brasil, a então arquivista da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Marilena Leite Paes, dentro do I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Este congresso foi presidido por José Pedro Esposel, recentemente falecido que podemos considerar como o fundador da moderna Arquivologia no Brasil. Ele era então arquivista do Arquivo do Banco Central; fundou a Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971 com um grupo entusiasmado de colegas cariocas e começou a batalhar pelos cursos universitários específicos da área, pela regulamentação da profissão e em 72 deu-se o I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Pela primeira reuniam-se arquivistas do Brasil inteiro. Nesse congresso houve pouco de teoria e metodologia. Na verdade, cada um vinha apresentar seu arquivo e como desenvolvia seu trabalho técnico. Eu mesma fui apresentar o Arquivo do IEB. O conhecimento arquivístico até então vinha muito da prática tradicional e de alguns cursos de pequena duração feitos aqui ou no exterior. O Arquivo Nacional tinha um curso anual que a maioria daquele grupo do Rio de Janeiro havia feito. Este curso de uma semana, mais voltado até para os arquivos correntes, para arquivo de empresa (que era a especialidade da professora) abriu-me os olhos. Arquivo não era nada do que eu estava pensando em fazer com os documentos da Coleção Lamego, procurando mesclar princípios de classificação de Biblioteconomia com análises próprias da pesquisa histórica. Aliás, nem arquivo ou fundo de arquivo era aquela coleção. Era uma coleção e isso mudava todo. Para um historiador pode haver semelhanças entre fundo de arquivo e coleção, mas para um arquivista, não.

Vocês me perguntam sobre o aprendizado mais sistematizado feito no exterior. Do curso (que já não existe) feito na Escuela de Documentalistas na Espanha com a bolsa da OEA já falei, quanto aos outros fiz sem ajuda de bolsas, mas com o afastamento devidamente autorizado pela USP, com permanência dos vencimentos. Eles correspondem praticamente a uma especialização, chamam-se

respectivamente Stage Technique International des Archives (3 meses) no Arquivo Nacional francês e o Modern Archives Institute (1 mês) no Arquivo Nacional dos Estados Unidos consistem em aulas teóricas, práticas, visitas e estágios dentro dos temas próprios dos cursos de Arquivologia em qualquer parte do mundo: Teoria e fundamentos, Classificação, Avaliação, Descrição, Difusão, Serviços Educativos. Essa experiência deu-me a dimensão universal da área dos arquivos, reforçada pelos 3 congressos internacionais promovidos pelo Conselho Internacional de Arquivos que compareci na Inglaterra, na Alemanha, na China e no Canadá e pelos congressos de Arquivologia do Mercosul nos países que o compõem. Em toda a minha formação e minha atuação na área dos arquivos sinto que o fato de ter a graduação em História e de ter tido alguma experiência na pesquisa e no ensino desta matéria foi útil para mim na Arquivologia, embora sejam ciências distintas.

Epígrafe_ A senhora começou sua vida docente na UNESP, mas logo foi para a USP. Apesar de ser professora do Departamento de História, grande parte da sua atuação foi no IEB. A senhora poderia falar um pouco sobre sua atividade no IEB?

Heloísa Bellotto_ Sim, comecei a docência universitária na UNESP em 1964 até 1969, quando vim para a USP. Isto, com a interrupção do primeiro semestre de 1968 para estar na Europa, como já disse. Mas antes de começar no IEB ainda dei duas disciplinas na Biblioteconomia, curso que então se iniciava na recém-criada ECA na USP: História do Livro e Bibliografia Especializada, disciplina essa que também lecionei, na mesma época, na Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo. No IEB, inicialmente como historiógrafa e depois das reformas havidas na USP em 1972 como professora ligada ao Departamento de História da FFLCH com função de pesquisador no IEB, as atividades eram de pesquisa, as próprias e as coletivas do Instituto, assim como muitas colaborações que prestei nos 20 anos em que ali trabalhei por meio de assessorias, orientações e cursos dados em quase todos os estados brasileiros. Como docência universitária, lecionei ainda em 1989 Tipologia Documental na Universidade Clássica de Lisboa; Introdução à Arquivologia e Diplomática, no curso de Arquivologia que implantei e fui a primeira coordenadora na UnB em Brasília de 1991 a 1993; e Diplomática na Arquivologia da UNIRIO, Rio de Janeiro, de 1994 a 1996. Comecei na Pós da História da USP em 1999 e, mesmo no tempo em que atuava de 2 a 4 meses por

ano, no Projeto Resgate em Lisboa, entre 1998 e 2011, continuei orientando mestrados e doutorados aqui na USP. Também fui professora de Arquivística Geral na Maestria Anual em Gestão de Documentos e Administração de Arquivos da Universidade Internacional de Andaluzia em Huelva, Espanha.

Epígrafe_ Aproveitando o tema da Arquivologia, quais são, para a senhora, as aproximações e os distanciamentos entre História e Arquivologia, quais recursos a Arquivologia pode usar da História e a História da Arquivologia?

Heloísa Bellotto_ Como eu já disse numa das respostas anteriores, a Arquivologia tem mais a ver com a Administração e com o Direito. A História trabalha com o material na altura em que o conteúdo dos documentos não é mais vigente. As pessoas têm de entender que a Arquivologia é uma questão da Administração, ou pública ou privada, até a administração da nossa vida particular. Os documentos são os testemunhos dos atos e fatos que se passaram, são presunção de prova. Então, o documento de arquivo sai disso, da administração pública, da administração das entidades, da administração da nossa vida civil, quer dizer, nossa certidão, nosso título de eleitor, nossa matrícula na faculdade, tudo isso, ou da empresa privada, que também são as contas os relatórios, tudo isso. Então, os documentos de arquivo não foram feitos para a História. Foram feitos para a empresa funcionar, para a nossa vida civil, profissional, pessoal funcionar, para aquele partido político poder funcionar, mostrando tudo que faz... O documento de arquivo tem o que se chama de valor primário, que é a razão pela qual foi feito. Passado o valor primário (valor de prova), passada a sua vigência ou validade, ele pode ter valor secundário (valor de testemunho), valor com que trabalha o historiador. Se a técnica específica da Arquivologia chamada avaliação demonstrar através das tabelas de temporalidade que o valor testemunhal é nulo ou fraco, o documento poderá ser eliminado, sem prejuízo para a historiografia. Quanto mais os especialistas de uma e de outra, isto é, historiadores e arquivistas, melhor compreenderem o objeto, os objetivos e os métodos de trabalho de uma e outra ciência, melhor será para todos.

Quanto à aproximação ou distanciamento entre História e Arquivologia podemos dizer várias coisas. Em primeiro lugar, que, na realidade é de historiografia que aqui se trata. Sim, porque na realidade,

estamos tratando de compreender e analisar a História para poder, profissionalmente, interpretá-la, “explicá-la aos alunos,” descobrir o que de fato aconteceu no passado, não é mesmo? A Arquivologia vai ser útil à historiografia, ou quando muito ao conhecimento, à interpretação, à análise da História, a História como ciência não como o conjunto dos fatos passados. A verdade é que a historiografia precisa da Arquivologia, mas a Arquivologia não precisa da História e nem da historiografia. A Arquivologia não foi feita para isso, ela está aí para comprovar e agilizar o funcionamento dos governos, da nossa vida civil, da vida das empresas, assim como de todas as instituições privadas de cunho social, econômico, político, cultural, esportivo, artístico etc. A Arquivologia guarda e torna acessíveis os testemunhos que vão ser úteis para à compreensão da História. Assim, portanto, no curso de História o aluno não precisa estar aprendendo como é que faz tabela de temporalidade, a elaborar planos de classificação segundo as características das atribuições de cada órgão público, saber estabelecer prazos para destruir documentos, ele não precisa aprender isso. Mas ele deve, para o próprio rendimento de suas pesquisas, aprender como o arquivo histórico onde está pesquisando está organizado, quais as diferenças entre um fundo e outro... só sabendo como o arquivo está organizado, ele já vai saber onde procurar, né? E, depois saber identificar tipologia documental, porque o tipo denota a função de cada documento. Quanto mais os profissionais de uma e outra conhecerem os princípios e os métodos de uma e outra, mais aperfeiçoado será o trabalho de um e de outro.

Epígrafe_ Em 2018 faz 40 anos que a profissão de arquivista foi regulamentada no país. Sabendo disso e do constante desenvolvimento da ciência da informação no Brasil, o historiador tende a perder seu espaço, estando o arquivista de formação a substituir o historiador na organização e gestão dos arquivos. Como vê esse processo? A Arquivologia perde ou ganha com esse movimento? O historiador perde uma possível área de atuação?

Heloísa Bellotto_ Não se trata de substituição. Vocês são historiadores, ou melhor, futuros historiadores. É compreensível que estejam voltados para os arquivos permanentes, os comumente chamados arquivos históricos. Como já disse em resposta anterior, os arquivos não foram feitos para a historiografia. Foram feitos para que as relações humanas, seja entre governos e governados e

mesmo entre pessoas (para isso estão os cartórios e tabeliães), fiquem registradas e assim são provas necessárias para o funcionamento e para o bom andamento dessas relações. O historiador em muitos países e também no Brasil tem atuado profissionalmente em arquivos, mas sua formação universitária não prevê isso. Só uma graduação ou uma especialização em Arquivologia poderiam prepará-lo devidamente. É lógico e natural que o desenvolvimento dos cursos de graduação em Arquivologia, formando profissionais com habilitação para atuarem em arquivos, tratando dos documentos em todas as suas fases de vida, vá trazer restrições ao emprego de historiadores nos procedimentos técnicos próprios dos arquivos. Antes de termos o crescimento de arquivistas devidamente habilitados era natural que os historiadores fossem aproveitados na organização e atendimento ao público nos arquivos históricos, mas, já nos arquivos corrente, os chamados de primeira idade, quem se ocupava deles era o pessoal de secretaria e de escritórios, assim como bibliotecários. O historiador tanto quanto o bibliotecário, passaram a atuar em arquivo onde não havia ainda o profissional verdadeiramente formado. Aqui no Brasil tinha muito historiador trabalhando nos arquivos públicos, onde está a documentação dita histórica e que cometia erros quanto à metodologia arquivística. É claro que quando o arquivista não sabe nada de história, ele também comete erros. Então era assim, o historiador trabalhando em arquivo cometia erros de organização e o arquivista que também não sabe história, erra quanto ao contexto de produção do documento, o que o induzirá a distorções fatais na classificação e na descrição.

Epígrafe_ O tipo de trabalho do arquivista é visto como menor ainda que exija uma pesquisa extensa e uma erudição sobre o objeto estudado? Ainda é um resquício da ideia de ciência acessória? Como catálogos, inventários e instrumentos de pesquisa se inserem no ofício do historiador?

Heloísa Bellotto_ O trabalho do arquivista não exige propriamente “pesquisa extensa” ou “erudição” a respeito dos documentos custodiados pelo arquivo onde trabalha. Isso quase se aproxima da tarefa do historiador. O arquivista deve, isso sim, saber identificar, para efeitos de classificação, avaliação e descrição, antes de mais nada, as funções e atividades da entidade produtora/acumuladora dos documentos sob seu encargo. Os documentos de arquivo obrigatoriamente derivam dessas funções e atividades. Não há mal nenhum, vergonha nenhuma em considerar-se esse lado, como tradicionalmente se fazia no passado, de considerar-se a Arquivologia como “ciência acessória ou

auxiliar da História". Só que, na realidade, a Arquivologia é muito mais do que isso: ela tem, antes da História, muito mais a ver com a Administração e com o Direito. Que grande empresa privada, que órgão público, que entidade social, que comunidade, que pessoa, até, pode viver, pode cumprir a razão pela qual existe, e funciona, vindo a produzir os resultados que justificam a sua existência, se não tiver arquivos, sem ter um corpo lógico e estruturado de provas e testemunhos do que comprovem tanto a sua existência, como o desenvolvimento do seu dia-a-dia e seus resultados. O historiador vai trabalhar com os resíduos, com uma parte - muitas vezes ínfima - do universo arquivístico que aquele fenômeno, acontecimento, fato, pessoa ou comunidade que ele está pesquisando e analisando, produziu.

Epígrafe_ É comum ouvir a afirmação de que Arquivologia é uma área dominada por mulheres, o que a senhora opina sobre essa afirmação?

Heloísa Bellotto_ Isso é no Brasil, talvez na América Latina. Mas, na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá pelo que constatei nos cursos que fiz, congressos que fui e visitas a arquivos que fiz, a maioria dos arquivistas e professores de Arquivologia eram homens. Aqui no Brasil, não sei se porque antigamente como não havia ainda cursos universitários sistematizados, a maior parte dos que trabalhavam em bibliotecas e arquivos tinham formação e prática anteriores atuando no então denominado ensino primário como professoras normalistas ou como secretárias em empresas ou órgãos públicos e ficou um pouco essa tradição. Mas hoje se pode verificar que nos cursos universitários de Arquivologia no Brasil há muitos rapazes.

Epígrafe_ A professora poderia falar sobre a entrada da Arquivologia no Brasil?

Heloísa Bellotto_ A organização de arquivos para a humanidade existe desde os impérios da Antiguidade. Já havia arquivos no Egito antigo. Já que arquivos existem para registrar direitos e deveres entre governantes e governados, entre senhores e subordinados, é norma que eles existam desde que os homens se organizaram em sociedades. É claro que não estou discutindo a questão dos regimes de governo; é claro que na história da humanidade os arquivos foram usados muitas vezes para privilegiar os deveres dos governados e não seus direitos. A verdade é que o uso dos

arquivos de documentos de arquivo dentro de cada sociedade acompanhou a história dessa mesa sociedade. Referindo-me aos documentos públicos, com o Brasil não foi diferente. Primeiro, enquanto colônia de Portugal, os documentos públicos aqui acompanharam a organização arquivística que já havia no Império Português, sobretudo a partir do século XVI, bastante consistente para a época. Junto aos governos das capitanias, depois províncias e, na República, estados, sempre houve arquivos, assim como no governo imperial, depois federal. E os estabelecimentos comerciais, industriais, educacionais, culturais, recreativos etc., idem. Se não nem teriam como funcionar e nem como desenvolver de forma eficiente suas atividades-meio e suas atividades-fins. E as pessoas sempre organizaram, ainda que empiricamente seus papéis da vida civil, profissional e familiar. Agora, cientificamente falando, como área profissional e disciplina de capacitação de quem iria atuar nela, começou no começo do século XX com um curso anual no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, progrediu muito com a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971, e sua luta pelo registro profissional e pela implantação de cursos universitários de Arquivologia no país, além de congressos e seminários específicos da área que foram se realizando congressos sistematicamente a cada 2 anos, até hoje. Acho que já me referi a isso em resposta anterior, não?

Epígrafe_ A senhora já citou sua atuação no Projeto Resgate, em Portugal, que consistiu na recuperação de documentos sobre o Brasil em arquivos estrangeiros. Poderia falar um pouco mais sobre suas atividades no projeto?

Heloísa Bellotto_ Aquele trabalho que desenvolvi entre 1998 e 2011, período em que fiz temporadas de 2 a 4 meses em Portugal por ano, já que aqui, aposentada, apenas tinha compromissos com a orientação da Pós, o que resolvia nos meses que aqui ficava. Sob a coordenação da bibliotecária da nossa Biblioteca Nacional, especialista em microfilmagem, Esther Bertoletti, conseguiu-se microfilmar na íntegra, descrever em verbetes individualizados cerca de 300.000 documentos redigidos de forma sistemática, publicando-se catálogos correspondentes a cada uma das capitanias, os futuros estados brasileiros, tais como elas se apresentavam no século XVIII. Mais de 100 pesquisadores brasileiros de diversos estados, entre historiadores e arquivistas atuaram nessa descrição entre 1995 e 2012. Minha atuação foi, além do trabalho de descrição como participante da equipe de São Paulo, foi também a de orientação e preparo do pessoal quanto à tipologia

documental, uniformização de verbetes descritivos e outros detalhes diplomáticos. Foi um trabalho um pouco de ensino, mas também de muito aprendizado e aprofundamento na teoria e na prática, tanto na área da Arquivologia, como na de História do Brasil colonial.

Epígrafe_ A senhora consolidou seu trabalho com o estudo de documentação do período colonial, trabalhando em instituições como o Arquivo Histórico Ultramarino. Em termos de tratamento do documento, o que diferencia um documento do período colonial para um produzido hoje?

Heloísa Bellotto_ Respondendo à questão da produção do documento colonial versus a produção atual de documentos públicos, devo dizer, como reza a teoria arquivística que o documento de arquivo público é produto do estabelecimento e do cumprimento de funções e atividades da administração pública. Assim sendo, eles só diferem ao refletirem as diferenças naturais que vão acontecendo com o passar dos séculos nas relações entre a sociedade e governo. Porém, ficou essa denominação de “documento histórico” dada em muitas línguas, acho que foi dada por historiadores (não sei bem), mas os arquivistas não gostam dessa expressão, documento histórico. Acho que, na verdade, talvez nem historiador dos dias de hoje gosta, porque parece que quando a gente fala em documento histórico está tratando de um documento que nasceu para isso, para ser histórico, no sentido de valioso, de incomparável... Para os arquivistas há os documentos de valor permanente, eles são em geral os normativos, tipo decreto, lei, os que criam ou extinguem direitos e deveres, etc. É um pouco complexo para explicar aqui em poucas palavras. A Arquivologia evita usar essa expressão, documento histórico. Para nós existem documentos de valor temporário e de valor permanente. O de valor permanente sempre vai ter algo de interesse para historiografia. O que tem de ficar claro é que nenhum nasce para ser histórico. Nada nasce para ser histórico, mas o próprio tipo documental, por exemplo, um ato normativo fundamental, já denota a sua importância. Seu conteúdo é para perdurar, é pra ficar, tipo a Lei Áurea, só que a História não é só feita com essas leis áureas da vida, não é mesmo? Na verdade, a Lei Áurea só é um ponto final das discussões do parlamento imperial, de todo um trabalho do abolicionismo, da situação dos escravos, da situação econômica e política, da pressão internacional, etc., etc. Tudo isso gerou documentos que estão nos arquivos. Todos alimentarão pesquisas historiográficas... todos são documentos históricos...

Epígrafe_ Nesse sentido, a professora acha que tem algo, essencialmente, que diferencia a documentação do período colonial (onde se inseriram suas pesquisas), do período imperial, o da Lei Áurea que a senhora citou, para o período atual em termos de espécie, de tipo documental?

Heloísa Bellotto_ Não, nada diferencia, pois como já disse ao responder outras perguntas que vocês apresentaram, se a documentação que está nos arquivos públicos históricos (e eu os cito como exemplo mais marcante, pois é neles que a maioria dos historiadores realiza suas pesquisas) emana do cumprimento de funções jurídico-administrativas, as espécies documentais e suas subdivisões em tipos, ainda que, com o passar do tempo, alguns tenham seus nomes alterados, significarão as mesmas coisas: uma lei é sempre uma lei, um decreto, um mandato, um requerimento, um passaporte... Todos têm propósitos semelhantes desde a Antiguidade até hoje.

Epígrafe_ Qual a importância do estágio e do trabalho em arquivos na formação do arquivista e do historiador?

Heloísa Bellotto_ Sendo profissionais de áreas diferentes e independentes, o estágio e a atuação em um arquivo de uns e de outros é distinta e não deve ser confundida. De qualquer forma, vejo o estágio como bastante importante e fundamental para o iniciante na vida profissional. Para o arquivista, vai conviver com o lado prático, com a aplicação da teoria e das metodologias aprendidas aos fundos de arquivo como conjuntos a identificar, classificar, descrever independentemente dos conteúdos propriamente ditos; para o historiador, o contato com as fontes primárias, com o conteúdo dos documentos, sua compreensão, análise e síntese, independentemente da sua identificação técnica, sua classificação e descrição genérica. Entretanto, ainda que de forma mais geral e sucinta, essas etapas do trabalho de um e de outro, se forem conhecidas e reconhecidas em seu âmago pelos dois profissionais, suas respectivas tarefas serão indubitavelmente enriquecidas.

Epígrafe_ A senhora pode fazer um breve balanço do que anda pensando atualmente sobre Arquivologia e História? Quais pesquisas que anda desenvolvendo no momento?

Heloísa Bellotto_ Os profissionais acadêmicos nunca deixam de estar sempre realizando ou pensando em pesquisas, sejam as relacionadas a novos temas ou sobre algo que deixaram de fazer

em relação a antigos temas já desenvolvidos de alguma forma. Essas, quando concretizadas, resultam em livros ou em trabalhos de grau (dissertações e teses). Isso, fora as pesquisas mais curtas e pontuais motivadas por elaboração de artigos para revistas, para preparação de aulas dadas em cursos regulares ou para apresentações em congressos, workshops, minicursos, conferências, mesas-redondas, etc. Aliás, quase todos nós temos uma pesquisa maior, "a de toda a vida" que nunca acaba, a que a gente deixa de lado toda vez que tem algum trabalho datado, urgente. Mas, sempre acabamos voltando a ela. No meu caso essa pesquisa eterna é o Morgado de Mateus. No momento, sigo com a transcrição e notas para a publicação do "Diário de Governo" de Morgado de Mateus, algo iniciado nos tempos do doutorado (1972-1976). Trata-se do relato do ritual diário daquele capitão general, nos dez anos de duração da sua gestão, descrevendo sua trajetória desde a saída de Lisboa, os detalhes da travessia atlântica, o seu dia-a-dia: acordar, vestir-se segundo fosse exigido pelo cerimonial de determinada atividade a ser exercida, assistir à missa, receber os governados em audiência ou os auxiliares e autoridades em despacho, escrever ou ditar cartas e comparecer a festividades religiosas ou profanas e a solenidades públicas.

Como panorama de fundo destas atividades, há comentários e notícias que deixam entrever a vida cotidiana da cidade de São Paulo e os hábitos sociais das autoridades e do povo em geral. Trata-se de uma raridade para a história do Império Português no século XVIII. De diários desse tipo, são conhecidos apenas um de um governador português na Índia e outro de um capitão general em Pernambuco também do século XVIII já publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, mas reduz-se a poucas páginas. A importância do "meu" Diário em comparação com esses outros é que ele é infinitamente mais extenso e mais completo. Trata-se aqui de cerca de 900 páginas manuscritas reunidas em 13 códices. O original acha-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, dentro do conjunto documental que foi comprado pelo governo brasileiro da atual família do Morgado, em 1968. Tenho trabalhado no correr desses anos na transcrição paleográfica e redação das notas explicativas. É um trabalho que deixo de lado quando tenho outros afazeres mais urgentes. Por isso vai muito lentamente sendo feito. Quando terminar a transcrição completa, a introdução e todas as notas é que procurarei a instituição que possa publicá-lo. Assim, respondendo sobre a parte da pergunta relativa em minhas leituras, procuro sempre meu aperfeiçoamento no conhecimento

do século XVIII, em especial, relativamente ao mundo ibero-americano do Antigo Regime. Isso em História e em Arquivologia tenho me preocupado em me acercar das tendências da teoria, da metodologia e da prática arquivísticas e relação ao dito documento digital, uma vez que na época da minha formação no conhecimento dos arquivos, ele era inexistente ou, pelo menos, não se apresentava nos moldes como hoje se apresenta.

Epígrafe_ A professora acha, por exemplo, que uma boa formação em arquivística seria como acontece em algumas universidades europeias, onde os alunos têm oportunidade de escolher uma dupla formação, por exemplo, uma graduação com o majeure em Filosofia e o mineur em História, por exemplo.

Heloísa Bellotto_ Por exemplo, em Portugal, eu dei aula de Arquivologia, mas lá não há Arquivologia como graduação universitária, aliás como em quase todos os países europeus. Lá é assim: você é formado no ensino superior em qualquer área, se trabalha em algum arquivo, melhor ainda, pode fazer um exame de admissão, e faz um curso de dois anos, um ano com disciplinas de Biblioteconomia e o outro, de Arquivologia e sai com o título de bibliotecário e de arquivista. Nos Estados Unidos e Canadá há graduação, mas muito mesclada com a de biblioteconomia. Na América Hispânica, em grande parte há cursos de graduação como os nossos. Isso, em parte por influência da prestigiada Escuela de Archivologia da Universidade de Córdoba, que foi a primeira entre todos esses cursos. Acho muito difícil que se pense no Brasil fazer alguma reforma no ensino universitário no modelo desta especificidade francesa que você menciona.

Epígrafe_ Os cursos de História no Brasil não preveem preparo dos futuros historiadores, não para trabalharem propriamente em arquivos, mas, pelo menos para os entenderem, saberem como usá-los com mais resultados, como a senhora já deixou claro em suas respostas anteriores. Entretanto, temos agora uma optativa que se chama "Introdução à Arquivologia", dada pela professora Ana Maria Camargo. O que a professora pensa sobre isso?

Heloísa Bellotto_ Penso que é uma ótima iniciativa, já que não há atualmente nenhum outro curso sobre arquivos na USP, nem graduação, nem especialização. Há anos houve uma tentativa de criação de uma graduação. Em 1983, o professor José Sebastião Witter, professor já falecido do nosso

Departamento de História que na ocasião era diretor do Arquivo do Estado, referindo-se à minha experiência dos cursos de arquivo no exterior e ao fato de estar ministrando uma disciplina sobre arquivos na Pós da ECA dentro da disciplina do Professor Frederic Litto, pediu-me que redigisse um projeto para uma graduação em Arquivologia para ser apresentado à Reitoria da USP. Fiz o tal projeto, procurando inovar o conteúdo do então currículo mínimo da área, aumentando a carga horária para Administração e Direito. E insisti que fosse destinado à FEA já que Administração é a área mais pertinente aos arquivos. Mas o projeto não foi assim compreendido pela congregação da FEA que entendeu a área como pertencente à Biblioteconomia e Documentação. Esse departamento da ECA declarou que não poderia arcar com a implantação de uma graduação, mas estaria disposto a implementar uma especialização com o apoio do IEB. Assim foi feito, tendo, em 1986, começado a funcionar com professores da USP e profissionais de fora, seguindo-se as mesmas disciplinas que havia no currículo mínimo de Arquivologia no país, só que com cargas horárias bem menores, é claro. Funcionou primeiramente na ECA, passando em 1988 para a inteira responsabilidade do IEB. Foi um curso que teve muito êxito, foi muito procurado, capacitou para atuarem em arquivos nos seus 22 anos de duração (de 1986 a 2010) mais de 500 alunos. Creio que já me referi a esse curso em outra pergunta.

Epígrafe_ Agora, as últimas perguntas, professora, como se trata aqui de uma revista para graduandos de História a gente queria encerrar com, primeiro, quais são os livros que senhora acha fundamental, seja na área de História, seja na área de Arquivologia, para uma boa formação?

Heloísa Bellotto_ Primeiro vamos ver na Arquivologia, que é a área em que tenho trabalhado mais atualmente. É uma disciplina que mudou muito depois do aparecimento da Informática, tem havido muitas transformações sobretudo no próprio suporte dos documentos, que vai abandonando o suporte-papel em direção ao documento eletrônico. Mas os manuais podem ser os tradicionais porque a teoria básica é a mesma. Assim, para a Arquivologia moderna - quem é da área sabe - há 2 livros fundamentais: o Manual de arranjo e descrição de arquivos da pela Associação dos Arquivistas Holandeses com tradução publicada pelo Arquivo Nacional do Brasil em 1960 e o do americano chamado Theodore Roosevelt Schellenberg: Manual de Arquivos publicado também pelo

nosso Arquivo Nacional, primeira edição em 1955. Esses são manuais que mostram o quanto a Arquivologia tem a ver com administração, que ela depende das funções da entidade produtora do documento. Depois outros livros fundamentais posteriores importantes de autores italianos, ingleses, canadenses, estadunidenses. O mais recente que inclui de arquivistas australianos e norte-americanos intitula-se, na tradução brasileira de 2016 do original de 2009 denomina-se Correntes atuais do pensamento arquivístico e traz as modernas reflexões, metodologias e práticas da área. Agora, quanto à área de História, eu perdi um pouco o contato com a historiografia mais recente e mais geral. Fiquei um pouco restrita ao século XVIII, vamos dizer assim, isto é a historiografia relativa ao Brasil Colônia: Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior Capistrano de Abreu, Raymundo Faoro, Afonso de Taunay e Ernani da Silva Bruno (os dois últimos para o caso da história de São Paulo) e os contemporâneos que admiro muito, Fernando Novais e Evaldo Cabral de Mello, ambos historiadores que têm um novo olhar sobre a história colonial. Em Portugal, Jorge Borges de Macedo, essencial para o período que estudei, António Hespanha, que é historiador, mas ligado ao Direito, assim como os brasilianistas excepcionais, Dauril Alden, Kenneth Maxwell e Stuart Schwartz. Na área de Colônia também temos Laura de Mello e Souza, a Alice Canabrava e tantos outros...

Epígrafe_ Mas teria algum livro de História que a professora já leu e e disse “esse livro é o que eu mais gostei, o que eu achei mais incrível”?

Heloísa Bellotto_ Para a minha tese, esse livro a que você se refere acabou sendo o livro de um brasilianista, o Dauril Alden, o Royal Government in Colonial Brazil de 1968 (afinal, nunca saiu a prometida tradução prometida por Fernando Novais). De forma muito bem escrita e original, muito bem documentado e analisado, ele estuda o governo do vice-rei Marquês de Lavradio no Rio de Janeiro, que foi vice-rei no período 1769-79. É muito bom esse livro, repito, muito bem estruturado, conclusões inéditas relativamente ao Brasil da segunda metade do século XVIII. A forma como a documentação é encontrada por esses americanos é incrível. Neste livro eu achei a lista dos passageiros do navio no qual o Morgado de Mateus foi embora de volta para Portugal, que eu nunca achei aqui no Brasil nem em Portugal, mas ele achou no arquivo do Instituto Histórico Geográfico do Rio de Janeiro... Neste livro de Alden há um capítulo que é a briga entre o Morgado de Mateus e o vice-rei porque o Morgado de Mateus era muito legalista, ele afirmava que um governador e

capitão-geral tinha independência, que um vice-rei é mais um título, que na verdade ele era apenas o capitão-geral do Rio de Janeiro, só isso. Há mesmo um capítulo no livro chamado: "Luís Antônio versus o marquês de Lavradio". Os artigos e os livros do conhecido historiador português de história econômica, Jorge Borges de Macedo também foram bem importantes para minha tese. Ele foi o orientador da pesquisa da minha tese em Portugal durante o ano de 1974. Dentro da sistemática da bolsa que ganhei do Ministério da Educação de lá, deveria haver um orientador da pesquisa, independente da minha orientadora aqui da USP.

Epígrafe_ Professora, então para finalizar poderíamos...

Heloísa Bellotto_ Poderíamos colocar os dois profissionais frente a frente. De um lado, o arquivista; de outro, o historiador. Carreiras diferentes com diferentes formações, objetivos profissionais também distintos, mas com algo comum, sobretudo quando o arquivista é o que atua em arquivos permanentes (ou históricos): o documento. Se ele, o documento, é, para o historiador o seu objeto de leitura, análise, síntese, inspirador de ilações, indagações e conclusões, para o arquivista ele é objeto de identificação, classificação, descrição, indexação, enfim, de todo um preparo que dá acesso à informação nele contida ao historiador. E, na verdade, não só ao historiador, porque ainda há o interesse de todo e qualquer cidadão no conhecimento dos fatos que moldaram a sociedade em que vive. Então, creio eu que, justamente, em torno do benefício de esclarecimento, de entendimento e de progresso para essa sociedade que a ação profissional de historiadores e de arquivistas possa trazer, é o que ambos têm em comum. O que, certamente, não é pouco.

Bibliografia selecionada

Livros

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. DIAS, Érika. Simone Almeida Carlos. *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa/IICT/Portugal (1581-1834) referentes à Ultramar, serviços de parte, Visita do ouro, Contratos do sal, Brasil-geral*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2011.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2ª ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

_____. *Nem o tempo nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-1798)*. Lisboa: Aletheia, 2007.

_____. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *Archivística, arquivos y documentos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

_____; NOGUEIRA, Arlinda Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. *Manuscritos da Coleção Lamego*. 2ª ed. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 2003.

_____; REIS, Gilson Matos. *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo I (1644-1830). São Paulo: FAPESP/EDUSC, 2000.

_____; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, 1996.

_____. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Secretaria de Cultura, 1979.

Capítulos de Livros

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Archivística, arquivos y documentos*. In: *Archivos & Documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 3-41.

_____. Uma base terminológica consensual: limites e possibilidades. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida et alii. *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015, p. 272-284.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como prova e testemunho. In: Lídia Silva de Freitas et alii. (Org.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2010, p. 161-174.

_____. Razões de Estado: a extinção e os primórdios da Restauração da Capitania de São Paulo (1748-1755). In: NILO, Odalia; CALDEIRA, João Ricardo. (Org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / UNESP, 2010, p. 105-133.

_____. O Estado Português no Brasil: Sistema Administrativa e Fiscal. In: Maria Beatriz Nizza da Silva. (Org.). *O império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986, p. 261-300.

Artigos

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. A Diplomática como chave da teoria arquivística. *ARCHEION ONLINE*, João Pessoa, v. 3, nº2, 2016.

_____; BERTOLETTI, Esther Caldas; DIAS, Érika de Almeida. O Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco: acesso às fontes da História do Brasil existentes no exterior. Dossiê História Colonial. *CLIO. Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n.29.1, 2011.

_____. Qualificação profissional e código de ética do arquivista. *Registro*, Indaiatuba, v. 7 (7), p.7-215, 2008.

_____. A terminologia nas áreas do saber e do fazer: o caso da arquivística. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, p.47-56, 2007.

_____. A dinâmica das Monções na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Ethnos*, São Paulo, v. 1, n. 2, p.69-82, 2002.

_____. Documento de arquivo e sociedade. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.31, p.167-175, 2002.

_____. Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e descendentes. *Páginas arquivos e bibliotecas*, Lisboa, n.3, p.19-39, 1999.

_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 201-207, 1998.

_____. Patrimônio Cultural, arquivo e universidade. *Boletim do Centro de Memória da Unicamp*, Campinas, v. 6, n.11, p. 11-18, 1994.

_____. Presença do Brasil no Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa: catálogo / seletivo da Série Azul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.33, p. 165-189, 1992.

_____. Arquivos públicos: avaliação e eliminação de documentos. *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, v. 42, n.10, p. 745-749, 1990.

_____. Arquivologia: objetivos e objetos. *Arquivo Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, n.10, p. 9-20, 1989.

_____. Tipologia documental em arquivos. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, n.2, p. 9-20, 1989.

_____. Política indigenista no Brasil (1570-1757). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.29, p. 49-60, 1988.

_____. Arquivos para a administração e para a história. *Ágora*, Florianópolis, n.2(3), p. 10-13, 1986.

_____. Direito à História: Microfilmagem de Arquivos Coloniais, *Ciência e Cultura (SBPC)*, São Paulo, n.37(6), p. 943-946, 1985.

_____. A economia militar na política militar e nos critérios de administração do Morgado de Mateus. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 13, nº especial, p. 813-824, 1983.



PÓS-GRADUAÇÃO

UNIVERSIDADE CLÁSSICA DE LISBOA

UNESP

DOCÊNCIA

DOCUMENTO

UNI-RIO

ARQUIVOLOGIA

BIBLIOTECA

ECONOMIA

FESPSP

UNESP

UNESP

PESQUISA

ARQUIVÍSTICA

ARQUIVISTAS

ESCUOLA DE DOCUMENTALISTAS

UNESP

UNESP

UNESP

PROJETO RESGATE

FONTE

UNESP

UNESP

UNESP

UNESP

UNESP

UAB

UNESP

UNESP

UNESP

UNESP

UNESP

UNESP

UNESP

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

ARGAMO
1954-1955
T.R.S.

1954-1955

H.L.B.

1954-1955

1954-1955

J.R. 1952

1952-1953

1953-1954

1954-1955

1955-1956

1956-1957

Handwritten notes on a scroll.

Handwritten notes on a scroll.

Magnifying glass icon.

Small animal icon.

Small rectangular icon.

Small rectangular icon.

Small rectangular icon.

Small rectangular icon.

Small rectangular icon.

Small rectangular icon.